

**Olga Jubert Gouveia Krell**

Mestre e Doutora em Direito Público pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE); tendo lecionado em diferentes Cursos jurídicos superiores do Recife, ela atualmente é professora de Sociologia do Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió (FAMA).

Reprodução Humana Assistida e Filiação Civil  
Princípios Éticos e Jurídicos

## **REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E FILIAÇÃO CIVIL**

Juruá Editora

Curitiba  
2006



K92

Krell, Olga Jubert Gouveia.

Reprodução humana assistida e filiação civil./ Olga Jubert Gouveia

Krell./ Curitiba: Juruá, 2006. 246 p.

1. Reprodução humana. I. Título.

CDD612.6(22.ed) CDU 612.6

Visite nosso site: [www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br)



## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>Capítulo I DA BIOÉTICA AO BIODIREITO: UMA PASSAGEM DIFÍCIL</b>	25
1.1 Conteúdo e função da Bioética	25
1.2 À natureza e as características das normas de Ética profissional e sua aplicação	32
1.3 A Resolução 1.358/92 do Conselho Federal de Medicina	37
1.4 O "principlismo" da Bioética moderna e a sua recepção no Brasil	40
1.5 Críticas ao Relatório Belmont; construção da solução no caso concreto	45
1.6 A importância da Bioética para a criação das normas do Biodireito	49
1.7 Adequação de regras proibitivas e normas principiológicas sobre o emprego das técnicas de reprodução assistida	54
1.8 O modelo latino-americano de Bioética na saúde pública	58
<b>Capítulo II OS CONFLITOS DO BIODIREITO E AS, NORMAS PRINCIPIOLÓGICAS DA CONSTITUIÇÃO</b>	63
2.1 Aproximação do Direito à Ética através da principiologia constitucional	63
2.2 Os princípios como normas jurídicas	69
2.3 A harmonização dos direitos fundamentais conflitantes como desafio para a futura legislação	73
2.4 Direitos de proteção ao patrimônio genético como direitos humanos da "quarta geração"?	77
2.5 As técnicas de reprodução assistida, a manipulação genética e a liberdade de investigação científica	79
2.6 A importância e a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana	85
2.7 Análise dos diferentes tipos de manipulação genética e da nova Lei 11.105/05	92
<b>Capítulo III O DIREITO À REPRODUÇÃO ASSISTIDA COMO DIREITO FUNDAMENTAL NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA</b>	97
3.1 Introdução	97
3.2 Os direitos fundamentais "fora do catálogo"; abertura material	99



3.3 Bases constitucionais para um direito à reprodução humana assistida	102
3.3.1 O direito fundamental à liberdade	102
3.3.2 Proteção constitucional à entidade familiar (CF, art. 226, <i>caput</i> ) e do planejamento familiar (CF, art. 226, § 7º)	105
3.3.3 O direito à saúde	109
3.3.4 Os direitos da personalidade e o uso das técnicas de reprodução assistida por parte de mulheres solteiras e parceiros homossexuais	111
3.4 Limites imanentes de um direito fundamental à reprodução assistida	120
3.4.1 Nenhum direito fundamental sem limites	120
3.4.2 A inviolabilidade da vida humana e seu início biológico; o problema dos embriões "excedentários"	122
3.4.3 As doutrinas "natalista" e "concepcionista": a proteção do embrião <i>in vitro</i>	128
3.4.4 A proteção constitucional da criança e do adolescente; o princípio do "melhor interesse da criança"	135

#### **Capítulo IV AS PRINCIPAIS QUESTÕES JURÍDICO-CIVIS LIGADAS ÀS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA E O SEU TRATAMENTO *DE LEGE LATA E DE LEGE FERENDA***

	141
4.1 Aspectos introdutórios da "constitucionalização" do Direito Civil	141
4.2 A constitucionalização do Direito de Família e seus reflexos no direito de reprodução artificial	146
4.3 O tratamento dos principais assuntos ligados à reprodução humana assistida em algumas legislações estrangeiras	153
4.4 O direito à identidade pessoal e o sigilo do doador de gametas	157
4.4.1 Filiação civil resultante da reprodução assistida <i>heteróloga</i> : vínculos constitutivos, requisitos formais e objetivos	157
4.4.2 A presunção da paternidade e a sua impugnação	165
4.4.3 A identidade pessoal (absoluta e relativa) como direito fundamental da personalidade	170
4.4.4 O sigilo do doador nos recentes projetos de Lei sobre as TRHA	175
4.4.5 O direito à identidade pessoal e sua ponderação no sistema constitucional brasileiro	176
4.4.6 Direito à identidade genética e direito à filiação: distinções	183



4.5 A filiação originária da fecundação homóloga <i>post mortem</i>	188
4.6 A maternidade de substituição e a "barriga de aluguel"	191
<b>Capítulo V CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS</b>	199
<b>REFERÊNCIAS</b>	205
<b>ANEXOS</b>	217
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b>	237

